29 ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE EM JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

Cindy Avani Silva Ceissler
Kadidja Fernanda dos Santos Martins
Juliana Rafaela Andrade da Silva
Fernanda Caroline Santos Sena, Zelma de Fátima Chaves Pêssoa

Secretaria Municipal de Saúde do Jaboatão dos Guararapes, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, Brasil

DOI:10.37085/bookAS.15.chap29

RESUMO

Este relato objetiva apresentar a experiência de elaboração e implementação de dois ciclos do Plano de Ação Municipal de Educação Permanente em Saúde (PAMEPS) em Jaboatão dos Guararapes-PE, dos ciclos de 2023-2025 e 2026-2027. Trata-se de relato de experiência fundamentado na análise de documentos institucionais relacionados ao planejamento, execução e monitoramento das ações. O ciclo 2023-2025 do PAMEPS estruturou 43 ações distribuídas em 10 eixos temáticos, alcançando 76,7% de execução total ou parcial das atividades previstas. Para o ciclo 2026-2027, as ações passaram a ser organizadas pelas Diretorias da Secretaria Municipal de Saúde, contemplando temas como humanização do cuidado, saúde digital, equidade racial, saúde LGBTQIAPN+,

vigilância em saúde e integração ensino-serviço. Os resultados evidenciam avanços na institucionalização da Educação Permanente em Saúde no município, demonstrando capacidade de articulação entre gestão, serviços e instituições de ensino.

Palavras-chave: Educação permanente em saúde, Planejamento estratégico, Sistema Único de Saúde, Sistema de saúde municipal

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (EPS), constitui estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) voltada à qualificação e à transformação das práticas em saúde, por meio de processos formativos articulados entre educação, gestão, atenção e controle social, ancorados no cotidiano do trabalho[1]. Para sua operacionalização, são elaboradas políticas e planos em âmbito estadual e municipal.

Em Pernambuco, destaca-se o Plano Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde de 2024[2]. Em consonância com o debate nacional e estadual, e entre os primeiros do país, o município do Jaboatão dos Guararapes aprovou, em 2017, a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde[3], com o objetivo de instituir e fortalecer, em nível local, os processos de qualificação dos trabalhadores da rede de atenção à saúde (RAS).

A referida portaria instituiu também o Núcleo de Educação Permanente (NEP), de caráter permanente, com representatividade das áreas de Atenção à Saúde, Vigilância em Saúde, Regulação do SUS e Gestão do SUS do município.

Entre as atribuições do NEP Municipal destacam-se o planejamento, a coordenação e o monitoramento do Plano de Ação Municipal de Educação Permanente em Saúde (PAMEPS). Com previsão de execução de pelo menos dois anos e fundamentado nas necessidades do território, o PAMEPS resulta em um cronograma integrado de ações formativas que são executadas ou apoiadas pela gestão municipal da saúde, ou por meio de contrapartidas peda-

gógicas ou financeiras do Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES). Os PAMEPS mais recentes publicados no município corresponderam ao período de 2023 a 2025[4] e o plano referente ao biênio 2026 a 2027[5].

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva relatar a experiência de elaboração e implementação dos PAMEPS do Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, e apresentar os resultados do seu primeiro ciclo.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre a elaboração e implementação dos PAMEPS em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, correspondentes aos períodos de 2023-2025 e de 2026-2027. O estudo busca apropriar-se da experiência vivida, refletir criticamente sobre esse percurso e sistematizar os aprendizados construídos, de modo a compartilhá-los com outros atores e contextos de gestão e planejamento em saúde[6].

Para a construção deste relato, foram analisados documentos institucionais relacionados ao planejamento e à execução do plano, incluindo registros administrativos, relatórios de reuniões, atividades e instrumentos internos de monitoramento das ações.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A elaboração do ciclo 2023-2025 do PAMEPS foi orientado por diagnóstico situacional das necessidades de EPS da rede municipal de saúde, construído a partir da identificação de demandas formativas apresentadas pelas áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e pelos serviços da RAS, por meio dos seus representantes nas reuniões do NEP.

Após a sistematização das demandas, foram definidas prioridades e um cronograma integrado de ações voltadas à qualificação dos trabalhadores da saúde, formalizado em plano publicado em diário oficial, contendo metas, indicadores, áreas-alvo, estratégias educacionais e cronograma.

Para o ciclo 2023-2025, foram incluídas 43 ações estruturadas em 10 eixos temáticos: Educação na Saúde; Integração Ensino-Serviço; Matriciamento; Residências em Saúde; Atenção à Saúde; Vigilância em Saúde; Educação Inclusiva; Urgência e Emergência; Regulação; e Gestão em Saúde e Controle Social.

A implementação do plano ocorreu por meio da realização de atividades formativas que foram desenvolvidas em diferentes pontos da RAS, sendo apoiadas e/ou conduzidas pela gestão municipal de saúde; pela Secretaria Estadual de Saúde; ou pelas instituições de ensino que possuem COAPES com a SMS, como contrapartida pedagógica ou por meio da aquisição de cursos a partir da mobilização de recursos financeiros desse contrato. As ações educativas contemplaram profissionais de distintas áreas e níveis de atenção à saúde.

De forma geral, o PAMEPS 2023-2025 apresentou expressivo grau de execução das ações formativas, com 76,7% das ações previstas realizadas ou parcialmente realizadas. Os eixos Educação Inclusiva, Matriciamento e Regulação apresentaram 100% de execução; Vigilância em Saúde alcançou 85,7%; Atenção à Saúde, 76,9%; e Integração Ensino-Serviço, Residências em Saúde e Urgência e Emergência, 75%. Os menores percentuais foram observados nos eixos Gestão em Saúde e Controle Social (66,7%) e Educação na Saúde (60%).

No final de 2025, após análise desses resultados, foram realizadas reuniões no NEP para elaboração do ciclo seguinte do PAMEPS. Para 2026-2027, os eixos foram substituídos pelas Diretorias que compõem a SMS: Atenção à Saúde, Regulação, Gestão do SUS e Vigilância em Saúde.

Desses encontros, foram pactuados novamente 43 ações formativas, entre cursos, oficinas, seminários e fóruns, com definição de público-alvo, estratégia educacional, metas, indicadores e ano previsto para execução. As principais necessidades educativas identificadas envolvem temáticas sobre humanização do cuidado, imunização, saúde da população negra e LGBTQIAPN+, gestão

e planejamento em saúde, assistência farmacêutica, saúde bucal, regulação em saúde, saúde digital, integração ensino-serviço, formação de residentes, vigilância em saúde, arboviroses, saúde do trabalhador, violência contra mulheres e crianças, doenças negligenciadas e infecções sexualmente transmissíveis. Essas ações de EPS buscam fortalecer a qualificação dos profissionais e a organização da RAS.

DISCUSSÃO

A experiência de elaboração e implementação dos dois ciclos do PAMEPS evidencia avanços na institucionalização da EPS no âmbito municipal, especialmente pela construção coletiva das ações educativas a partir das necessidades identificadas nos serviços. O elevado percentual de execução do ciclo 2023-2025 demonstra capacidade de articulação entre gestão, serviços e instituições de ensino parceiras, fortalecendo a EPS como estratégia de qualificação do trabalho em saúde. Contudo, a diferença entre os percentuais de execução dos eixos revela institucionalização desigual da política, mais consolidada em áreas técnico-assistenciais e mais frágil nos campos da gestão e controle social.

A consolidação da EPS depende diretamente do interesse político e da capacidade da gestão em mantê-la como prioridade institucional[7], aspecto evidenciado no município pela continuidade dos ciclos do PAMEPS e pelo investimento na organização e monitoramento das ações educativas. Entretanto, observou-se maior viabilidade de execução das ações voltadas à assistência e operacionalização dos serviços, o que reforça a necessidade de evitar a redução da EPS a capacitações técnico-normativas, em detrimento de sua dimensão político-pedagógica voltada à problematização do trabalho e transformação das práticas profissionais[8].

A organização do ciclo 2026-2027 do PAMEPS em Diretorias da SMS demonstra maior integração da EPS às estruturas institucionais da gestão e aproxima o planejamento educativo das necessidades de cada área. Além disso, a incorporação de temas

como saúde digital, equidade racial, saúde LGBTQIAPN+, neurodivergências, violência e integração ensino-serviço evidencia alinhamento com demandas atuais e ampliação da compreensão sobre os aspectos sociais, culturais e territoriais envolvidos no cuidado em saúde.

Persistem, contudo, lacunas relacionadas à participação e ao protagonismo de trabalhadores e usuários nos espaços de decisão do NEP, como observado em experiências no Sudeste[9] e Nordeste[10]. Tal cenário limita a efetivação plena do quadrilátero da formação em saúde[11] e reforça a necessidade de aproximação da perspectiva do "prisma da educação"[12], que compreende os processos formativos no SUS como atravessados por múltiplos atores, territórios, interesses e subjetividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SMS de Jaboatão dos Guararapes optou por instituir uma política de EPS em âmbito local, com o objetivo de fortalecer e institucionalizar essa agenda no município. Contudo, a existência de uma política, por si só, não assegura sua efetiva implementação, tornando necessária a adoção de estratégias que viabilizem sua operacionalização e monitoramento das ações. Nesse contexto, o PAMEPS, conduzido pelo NEP Municipal, organiza e orienta a execução das ações formativas na rede municipal. O monitoramento sistemático do plano evidenciou elevados percentuais de execução das ações previstas, demonstrando sua relevância para a consolidação das iniciativas de EPS no município e para o aprimoramento do planejamento dos ciclos subsequentes. No entanto, identificou fragilidades na execução de temáticas que contemplavam o controle social e educação na saúde. Esses achados indicam que a política municipal de EPS busca atender às demandas da rede, mas que ainda existe uma necessidade de aprimorar áreas consideradas mais sensíveis.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 198/GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da União. 14 Feb 2004.
2. Pernambuco. Secretaria Estadual de Saúde. Plano de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde de Pernambuco. Recife: Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco; 2024.
3. Jaboatão dos Guararapes. Secretaria Municipal de Saúde. Portaria SESAU nº 025, de 10 de junho de 2017. Institui a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jaboatão dos Guararapes. Diário Oficial do Município. 2017.
4. Jaboatão dos Guararapes. Secretaria Municipal de Saúde. Plano de Ação Municipal de Educação Permanente em Saúde 2023-2025. Diário Oficial do Município. 2023.
5. Jaboatão dos Guararapes. Secretaria Municipal de Saúde. Plano de Ação Municipal de Educação Permanente em Saúde 2026-2027. Diário Oficial do Município. 2026.
6. Holliday OJ. Para sistematizar experiências. Resende MVV, translator. 2nd ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; 2006.
7. Jesus JM, Rodrigues W. Trajetória da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil. Trab Educ Saude. 2022;20:e001312201.
8. Macêdo NBD, Albuquerque PCD, Medeiros KRD. O desafio da implementação da educação permanente na gestão da educação na saúde. Trab Educ Saude. 2014;12(2):379-401. doi:10.1590/1981-77462014000200010
9. Vieira VHSA, Felicia MSC, Silva MLCG, et al. Plano municipal de educação permanente em saúde: uma proposta de desenvolvimento alinhada à perspectiva da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Online Braz J Nurs. 2024;23(Suppl 2).
10. Pinheiro NMM, Albuquerque KM, Maia LA, et al. Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde de Fortaleza: os desafios da construção coletiva. In: Anais do 13º Congresso Internacional da Rede Unida; 2018; Manaus. Porto Alegre: Rede Unida; 2018.

11. Ceccim RB, Feuerwerker LCM. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis. 2004;14(1):41-65. doi:10.1590/S0103-73312004000100004

12. Vendruscolo C, Prado ML, Kleba ME. Reorientação do ensino no SUS: para além do quadrilátero, o prisma da educação. REA. 2016;24(3):246. doi: 10.17058/rea.v24i3.5420